

## Servidores retomam mobilizações pela aprovação da LOA 2025

A Jornada de Lutas convocada pelo Fonasefe pela aprovação da lei orçamentária (LOA 2025) continua essa semana que será decisiva em cobrar parlamentares para que votem a proposta. A leitura do relatório que estava prevista para terça-feira, 19, ficou para esta quinta, 20, e a votação foi mais uma vez adiada do dia 19 para sexta, dia 21.

A pressão nas ruas e nas redes é crucial para cobrar que a proposta seja votada e aprovada. Depois de aprovada na CMO (Comissão Mista de Orçamento), a proposta orçamentária ainda precisa ir à votação no plenário do Congresso Nacional.

Servidores seguem apreensivos e pressionam ao máximo os parlamentares para que a proposta seja votada com urgência. Apesar de garantido o reatrativo a partir de janeiro, a categoria tem urgência.

Além da mobilização e atos no aeroporto de Brasília, onde servidores abordam parlamentares que chegam à capital federal, a Jornada de Lutas prevê o trabalho de visita aos gabinetes de deputados e sena-



dores.

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef classifica os constantes atrasos na votação da LOA 2025 como um total desrespeito, não apenas com servidores, mas com toda a população. Sem orçamento o Estado está no limite e fica impedido de executar uma série de ações.

### Folha suplementar

Outra preocupação ainda está no formato do pagamento dos retroativos a partir de janeiro dos reajustes negociados ao longo de 2024. A Condsef/Fenadsef segue insistindo para que o governo emita pagamento dos retroativos em folha suplementar. Isso para que descontos

injustos e indevidos do Imposto de Renda (IR) não recaiam sobre os servidores no momento de receber os retroativos a que terão direito.

Vale destacar que a MP, publicada em 31 de dezembro de 2024, que concede os reajustes aos servidores tem prazo de 120 dias para ser votada. Com mais de 500 emendas ao texto, a MP pode "caducar", perdendo seu efeito, no mês de abril.

A categoria segue lutando ao longo de toda essa semana para cobrar a aprovação imediata da LOA 2025. "Os servidores têm urgência e tem direito a receber seus reajustes", apontou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef

Fonte: Condsef

## Sindsep começa a fazer o Imposto de Renda dos seus filiados

O Sindsep/MA informa às suas filiadas e filiados que as declarações de Imposto de Renda do exercício de 2025 começaram a ser feitas desde o dia 17 (segunda) na sede da entidade, e vão até o dia 30 de maio de 2025.

O serviço estará disponível de 8 às 12h, e de 14 às 18h.

Além dos informes de rendimento e de despesas convencionais, os servidores precisam estar em mãos com documentos referentes a imóveis e automóveis.

## Política Nacional de Cuidados é crucial na promoção de igualdade entre gêneros

No mês em que se celebra o Dia Internacional de lutas das Mulheres, o 8 de março, e um mês em que todas as pautas feministas ganham ainda mais visibilidade, a ratificação da Convenção 156 no Brasil e a implementação definitiva da Política Nacional de Cuidados são pontos cruciais na luta das mulheres que se somam as demais pautas da data cujo foco é a defesa pela vida de todas as mulheres.

O conceito de defesa da vida das mulheres é amplo e engloba o fim de todas as violências praticadas contra elas, sejam as violências físicas, as psicológicas, as econômicas e as sociais. “Historicamente, a divisão sexual do trabalho é baseada em uma construção cultural enraizada em uma sociedade patriarcal, que perpetua a ideia de que o cuidado é uma responsabilidade feminina, o que não deixa de ser uma violência”, diz a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Amanda Corcino.

A Política Nacional de Cuidados instituída pela Lei 15.69 de 2024, foi uma iniciativa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com o objetivo de promover a igualdade entre gêneros na responsabilidade pelos cuidados. No entanto, ainda é necessária uma regulamentação. A política deverá ser desenvolvida com apoio técnico federal para implementar planos estaduais e municipais. Será financiada por recursos da União, além de verbas estaduais e municipais e até doações. No entanto, a execução será descentralizada, ou seja, por estados e municípios.



“É urgente a regulamentação. A condição da mulher na sociedade, com a não divisão sexual das responsabilidades, do cuidado, dificulta o acesso delas ao mercado de trabalho. É fato que a mulher sempre estará em posição de desvantagem na maior parte das contratações porque empregadores levarão em conta que ela terá de se ausentar para cuidar da casa, dos filhos, etc. Além disso, àquelas que já estão empregadas acabam enfrentando dificuldades na ascensão profissional”, diz Amanda Corcino.

### O trabalho de cuidados

O trabalho de cuidado, explica a dirigente, é o de “cuidar das crianças, dos idosos, das pessoas com deficiência, das tarefas do lar, que, pela cultura patriarcal e machista da nossa sociedade, é relegado às mulheres”, complementando que se trata da base que sustenta a economia, as famílias e o bem-estar social.

“E, ainda assim, esse trabalho é amplamente desvalorizado, relegado ao silêncio e ao cansaço das jornadas invisíveis das mulheres”, ela pontua.

Em artigo publicado no Portal da CUT, a dirigente explica que em toda a América Latina, as mulheres realizam a maior parte dos

cuidados não remunerados e suportam jornadas que, na prática, as afastam de oportunidades de lazer, educação e participação na vida pública.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), organização da ONU que atua na promoção do desenvolvimento econômico da região, o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado realizado principalmente por mulheres representa entre 16% e 23% do PIB em países como Argentina, Chile e México.

No entanto, a divisão desigual desse trabalho, que recai desproporcionalmente sobre as mulheres, impacta profundamente suas vidas e impede que participem de maneira plena na economia formal.

“Nos setores de cuidado que são remunerados, como saúde e educação, as mulheres ainda recebem 39,2% menos que os homens em funções similares. Esses números destacam, também, como o capitalismo se beneficia e se sustenta pelo trabalho de cuidado não remunerado, que é essencial para o funcionamento da sociedade, mas invisibilizado no sistema econômico”, diz a dirigente.

Fonte: CUT